

Aviso n.º MAR20-S6-2022-07

Compensação aos Operadores do Sector das Pescas, da Aquicultura, da Transformação e da Comercialização dos Produtos da pesca e da Aquicultura – regulamento anexo à Portaria n.º 160-A/2022, de 17/06 alterada pela Portaria 214/2022, de 25 de agosto

Nota de apoio ao preenchimento do formulário de candidatura

Atenção:

1. Para apresentar uma candidatura deverá registar-se previamente no Balcão dos Fundos (<https://balcaofundosue.pt>) e na Plataforma do IFAP.

Caso não esteja registado no Balcão dos Fundos e opte pelo registo de **Autenticação através do Balcão dos Fundos** (ecrã infra), deve preencher a totalidade da informação, incluindo os dados gerais da entidade, e só subsequentemente poderá submeter uma candidatura no SIMAR.



Caso já esteja registado deve assegurar que os dados da entidade estão totalmente preenchidos.

Caso, quando registar a sua candidatura no SIMAR, verifique que há dados que lhe surgem pré-preenchidos no formulário de candidatura sobre a sua empresa, mas que estão desatualizados, deverá cancelar a candidatura, proceder à atualização prévia dos seus dados na plataforma do IFAP e só depois desse registo ser submetido e validado pelo IFAP deverá preencher e submeter a nova candidatura no SIMAR.

2. O presente regime de apoio tem enquadramento na Medida P05M02 - Desenvolvimento de novos mercados, de campanhas promocionais e de outras medidas de comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, tal como previsto na atual redação do artigo 68.º do Regulamento FEAMP.

3. Cada operador económico poderá submeter apenas um único pedido de apoio, que deverá:

3.1 abranger a totalidade das unidades de produção elegíveis que detém.

Assim, caso o beneficiário possua várias unidades de produção passíveis de enquadramento nesta medida, as mesmas deverão ser todas identificadas numa só candidatura.

3.2 abranger apenas o novo período de compensação (período B. 1 de julho a 31 de agosto).

Contudo, caso não tenha apresentado candidatura ao primeiro período ou, tendo apresentado, não indicou nessa candidatura a totalidade das unidades de produção elegíveis da empresa, poderá indicar que candidata essa(s) unidade(s) produtiva(s) também ao período de 24 de fevereiro a 30 de junho.

Página 1 - Início do Formulário

O formulário de candidatura é composto por 8 páginas sendo a primeira apenas de carácter informativo

Página 2 - Caracterização do Beneficiário

Nesta página apenas terá de preencher os seguintes campos **Tipo de contabilidade, tipologia de beneficiário** e **IBAN**, os demais campos estarão pré-preenchidos com os dados registados pelo beneficiário no sítio do IFAP.

Nota:

Uma vez que o IFAP, para o pagamento do apoio que vier a ser aprovado, apenas utilizará o IBAN principal que se encontra associado ao registo de beneficiário na plataforma do IFAP, deve preencher nesta página do formulário esse IBAN.

Caso verifique que há dados pré-preenchidos que estão desatualizados deverá cancelar a candidatura, proceder à atualização prévia dos seus dados na plataforma do IFAP e só depois desse registo ser submetido e validado pelo IFAP deverá preencher e submeter uma nova candidatura no SIMAR.

Página 3 - Caracterização da Operação

Sector para o qual a operação contribui: quando a atividade exercida se classifica em apenas um dos subsectores que integram a fileira do pescado - Pesca, Aquicultura, Transformação, Outro (CAE 46381) - deverá escolher o registo correspondente.

Nos casos em que a atividade exercida diga respeito a mais que um subsector, deverá seleccionar a opção **“Integrado/ multisectorial”**.

O campo **“Planificação da operação”** identifica o período suscetível de ser abrangido pelo apoio, encontrando-se previamente preenchido como 24 de fevereiro a 31 de agosto.

Página 4 – Unidades Produtivas

Total dos custos energéticos em 2019 para os CAE elegíveis: Deverá registar o valor dos custos energéticos relativos apenas às CAE elegíveis para este regime de apoio (que constam do

Anexo I ao regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 160-A/2022, de 17/06) e não deve incluir os custos energéticos da atividade das embarcações de pesca.

Caso a candidatura respeite exclusivamente ao subsector da Aquicultura e:

- a) o beneficiário dispõe de contabilidade organizada, deve registar neste campo o menor valor entre o valor que inscreveu na resposta ao Inquérito à Produção enviado à DGRM, relativo a 2019, e a Informação Empresarial Simplificada (IES) de 2019.
- b) o beneficiário não dispõe de contabilidade organizada, o registo deverá ter em consideração o valor relativo aos custos energéticos inscrito nas repostas aos Inquéritos à Produção.

O total de custos indicado inclui os custos energéticos de embarcações?

Deverá escolher “Não”, pois o custo global que inscreveu no campo **Total dos custos energéticos em 2019 para os CAE elegíveis** não deve incluir os custos energéticos de embarcações de pesca (caso o beneficiário para além de outras atividades elegíveis também exerça a atividade de pesca).

Caso não lhe seja possível apurar e retirar do total de custos de energia os custos relativos à atividade das embarcações de pesca, deverá responder “Sim” pois terá incluído esses custos no **Total dos custos energéticos em 2019 para os CAE elegíveis**.

Adicionar Unidades produtivas: campo de preenchimento múltiplo

Uma vez que o mesmo beneficiário pode ter várias unidades produtivas do mesmo subsector (por exemplo, várias embarcações) ou até de vários subsectores da fileira das pescas e que apenas pode submeter um pedido de apoio, neste campo deverão ser registadas todas as unidades produtivas para as quais está a ser solicitado o apoio, quer sejam as embarcações de pesca, quer sejam estabelecimentos aquícolas, unidades industriais e/ou entrepostos.

Nesta candidatura ao período de 1 julho a 31 de agosto deverá adicionar todas as unidades produtivas que pretende candidatar mesmo que as tenha identificado em candidatura ao período anterior, podendo ainda identificar unidades produtivas que não tenha indicado na candidatura anterior.

Caso não se tenha candidatado ao período compreendido entre 24/02/2022 e 30/06/2022 e pretenda agora fazê-lo, ou na anterior candidatura não identificou todas as unidades produtivas da empresa que são elegíveis, deve em cada uma da(s) novas unidade(s) produtiva(s) que adiciona selecionar **Período A – 24 de fevereiro a 30 de junho** na pergunta “**Esta unidade candidata-se ainda aos seguintes períodos para além do período B**” estando assim a candidatar essa unidade produtiva a ambos os períodos de compensação.

Página 5 – Localização

Página preenchida pelo sistema com os dados da localização da sede social do beneficiário tal como constam do registo de beneficiário na plataforma do IFAP.

Página 6 – Indicadores

Pessoas beneficiárias - deve registar todos os recursos humanos ao serviço das unidades produtivas identificadas na página 4.

Esta informação tem fins estatísticos. Quantifica quantas pessoas globalmente beneficiam deste apoio, que tem por objetivo compensar os custos adicionais que as empresas estão a suportar com as despesas de energia e que, desta forma, favorece a manutenção da atividade da empresa e dos seus postos de trabalho.

Página 7 - Documentos de suporte à candidatura

Apenas deve anexar os seguintes documentos, sendo que a sua falta é suscetível de justificar o indeferimento do pedido de apoio

1. Subsector Pesca:

- Documento único de cada uma das embarcações identificadas na página 4

Não terá de anexar este documento caso tenha submetido candidatura neste regime de apoio para compensação do aumento de custos de energia no período anterior (24 de fevereiro a 30 de junho).

2. Subsector Aquicultura:

- Caso disponha de contabilidade organizada, declaração do contabilista certificado/ ROC relativa aos custos energéticos suportados em 2019
- **IES** (Informação Empresarial Simplificada) entregue e relativa ao ano de **2019**
(Não terá de anexar os documentos referidos caso tenha submetido candidatura neste regime de apoio para compensação do aumento de custos de energia no período anterior - 24 de fevereiro a 30 de junho).
- Caso não disponha de contabilidade organizada, não necessita de juntar qualquer documento pois serão apenas considerados os dados inscritos nas respostas aos Inquéritos à Produção fornecidos à DGRM, relativos a 2019.

Nota: Na declaração do Contabilista certificado/ ROC o mesmo apenas deve declarar, sob compromisso de honra, os custos energéticos incorridos pela empresa em 2019 relativos às CAE da empresa que são elegíveis ao abrigo do regime de apoio e que constam do Anexo I da Portaria 160-A/2022 (ver nota sobre esta declaração para o Subsector Transformação e Comercialização).

Nesta declaração do Contabilista certificado os custos de energia devem constar de forma discriminada para cada uma das CAE elegíveis que a empresa possua e na qual tenha atividade.

No total desses custos energéticos, que indicar, não deverá incluir os custos energéticos das embarcações de pesca, mas deve incluir os custos de energia das embarcações de apoio à atividade aquícola se existirem.

3. Subsector Transformação e Comercialização (CAE 46381):

- Licença de exploração relativa a cada um do(s) estabelecimento(s) industrial(ais) e entrepostos identificado(s) na página 4 ou, caso o estabelecimento seja um entreposto frigorífico, Número de Controlo Veterinário
- Certificação PME

- Declaração do contabilista certificado/ ROC relativa aos custos energéticos suportados em 2019.

IES (Informação Empresarial Simplificada) entregue e relativa ao ano **de 2019**.

(Não terá de anexar estes documentos caso tenha submetido candidatura neste regime de apoio para compensação do aumento de custos de energia no período anterior - 24 de fevereiro a 30 de junho).

Nota: Na declaração do Contabilista certificado/ ROC o mesmo apenas deve declarar, sob compromisso de honra, os custos energéticos incorridos pela empresa em 2019 relativos às CAE da empresa que são elegíveis ao abrigo do regime de apoio, tal como constam do Anexo I da Portaria, que se prendam com produtos do mar (ex: se a empresa transformar ou comercializar outros produtos – vegetais, carne ou preparados de carne, sobremesas, etc – os custos de energia que estão associados à sua produção não podem ser considerados pelo contabilista).

Nesta declaração os custos de energia devem constar de forma discriminada para cada uma das CAE elegíveis que a empresa possua e na qual tenha atividade. No caso das CAE 108 Fabricação de outros produtos alimentares e 10850 Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados deve ainda ser declarado pelo contabilista certificado/ROC na mesma declaração que esses custos de energia declarados são apenas relativos aos produtos do mar, isto é, o Contabilista certificado/ROC terá de aplicar um critério de imputação ou usar o centro de custos (caso exista) para apurar e apenas declarar os custos de energia associados à comercialização dos produtos do mar e não da totalidade dos produtos que a empresa comercialize. No total dos custos energéticos, que indicar, não deverá incluir os custos energéticos das embarcações de pesca caso a empresa tenha também atividade nesse subsector.

4. Subsector Integrado/ multisectorial

Juntar os documentos que são aplicáveis a cada um dos subsectores acima enunciados.

Nota

Note que caso a empresa exerça atividade em CAE elegíveis e CAE não elegíveis ou produza outros produtos para além dos produtos do mar, se a declaração do Contabilista certificado/ROC, que juntar na candidatura, não identificar claramente os custos de energia apenas associados às atividades elegíveis, o pedido de apoio é suscetível de ser indeferido. Esta declaração é, pois, essencial que seja corretamente formulada.

Página 8 – Declarações

Nesta página deverá ler com atenção todas as declarações e compromissos inerentes.

Antes de submeter a candidatura deverá carregar no botão **“Validar formulário”**.

Caso o formulário seja validado com sucesso, estará em condições para submeter a candidatura; caso tal não suceda, será informado dos eventuais erros ou omissões de preenchimento que deverá corrigir para então submeter o pedido de apoio.

Informação complementar

A análise destes pedidos de apoio é realizada exclusivamente pelo Secretariado técnico da Autoridade de Gestão do Mar 2020.

A decisão da Autoridade de Gestão do Mar 2020 será formulada após o final do período de submissão das candidaturas, para que, caso a soma dos pedidos de apoio submetidos ultrapasse a dotação disponível, possa ser ponderada a aplicação do rateio previsto no n.º 6 do artigo 6.º da Portaria n.º 160-A/2022, de 17/06 (*«6 — No caso de as operações que reúnem condições de aprovação envolverem pedidos de apoio que, no cômputo geral, ultrapassam as disponibilidades financeiras existentes, previstas no artigo 8.º do presente Regulamento, procede-se ao respetivo rateio, com recurso à modelação do montante do apoio.»*) ou o reforço da dotação do Aviso previsto no previsto no n.º 3 do artigo 8.º da Portaria n.º 214/2022, de 25/08.

O valor do apoio para embarcações de pesca, é o que consta da Tabela em anexo II à Portaria n.º 214/2022, de 25/08.

Para as demais atividades, o cálculo do valor de apoio decorre da fórmula seguinte:

$$(M \times 30\%) \times 62 \text{ dias}$$

Em que M corresponde ao custo de energia, médio diário, suportado pelo beneficiário entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019.

62 dias é o período do apoio estabelecido na Portaria n.º 214/2022, de 25/08: 1 de julho a 31 de agosto de 2022

Caso a candidatura também abranja o primeiro período de apoio, aos 62 dias acrescem 126 dias que correspondem ao período do apoio estabelecido na Portaria n.º 160-A/2022, de 17/06: 24 de fevereiro a 30 de junho de 2022.

Caso a candidatura tenha mais do que uma atividade elegível o apoio resulta da soma dos valores de apoio apurados em cada uma das atividades elegíveis (incluindo o apoio para as embarcações de pesca).

A aprovação da candidatura não dá lugar à assinatura de termo de aceitação nem apresentação de pedido de pagamento, sendo o pagamento efetuado pelo IFAP, I.P. sob a forma de pagamento único, mediante a aprovação do pedido de apoio pela Autoridade de Gestão, como previsto no artigo 10.º da Portaria n.º 160-A/2022, de 17 de junho.